

jogo

MARCO
ANTÔNIO
ROCHA

ECONÔMICO

6 Com. Brasil

Na tarde de ontem, aqui em São Paulo, enquanto a TV Manchete transmitia ao vivo a entrevista coletiva do ministro Matioli sobre suas intenções de política econômica, o setor privado dava mais uma demonstração de que prefere desenvolver iniciativas próprias, sem esperar mais pelo governo.

No sofisticado São Paulo Clube reuniam-se representantes do Itaú, Bozzano-Simonsen e Unibanco para assinarem, com representantes da IFC (Corporação Financeira Internacional), um empréstimo de 80 milhões de dólares a ser

repassado pelos bancos a pequenas e médias empresas industriais brasileiras, para reequipamento e capacitação tecnológica.

Não é muito dinheiro. Mas é altamente significativo. Em primeiro lugar, porque se trata da IFC — uma subsidiária do Banco Mundial. Em segundo, porque é dinheiro novo mesmo, é ingresso líquido de recursos internacionais no Brasil. Em terceiro lugar, porque esse dinheiro representa cerca de 8% do total dos financiamentos de uma instituição mundial que tem de atender a mais de 140 países-membros — portanto, uma opera-

Enquanto o governo não vem

31 MAR 1989

JORNAL DA TARDE

ção muito especial. Em quarto lugar, porque pela primeira vez a IFC faz empréstimos a bancos, para repasse a pequenas e médias empresas, e não diretamente para projetos. A ideia é justamente poder atender de maneira mais difusa ao universo empresarial brasileiro. Guilhermo Schultz, diretor da IFC, explica no almoço que projetos da ordem de 300 ou 400 mil dólares não têm possibilidades de ser atendidos diretamente lá de Washington. Os custos de viagens e outros exigem projetos da ordem de 3 milhões ou mais de dólares. Assim, os bancos brasileiros, agindo como repassadores e avalistas, permitem uma difusão maior do crédito.

O dinheiro é por nove anos, com três de carência e juros de 1,5% mais Libor, ao ano. Como os recursos da IFC obrigatoriamente só financiam até 25% de cada projeto, e há uma limitação contratual de aplicação por projeto, o efeito econômico global dessa operação de 80 milhões de dólares será bem maior do que a quantia sugere. Ou seja, esses 80 milhões na verdade terão de gerar um volume de investimentos quatro vezes maior, sem contar o efeito de giro, uma vez que os bancos repassarão os créditos por prazos menores — três ou quatro anos —, o que significa que os mesmos 80 milhões serão reaplicados duas ou três vezes, pelo menos.

Essa operação tem um significado importante no contexto ou na esteira do sucesso do leilão de conversão de dívidas na Bolsa carioca. Mostra, no mínimo, que a economia brasileira tem projetos atraentes para a comunidade financeira internacional, e que essa comunidade não está realmente amedrontada com as nossas vicissitudes polí-

ticas transitórias. Um diretor do Maryland National Bank, dos EUA, Donald Scott, me dizia recentemente em meu escritório que preencheria, em suas peregrinações por Brasília, Rio e São Paulo, todo um bloco de anotações com as dúvidas, incertezas e angústias da comunidade de negócios brasileira. Mas ele próprio levava para Washington pelo menos três certezas: 1) que o Brasil vai ter um amanhã; 2) que esse amanhã será positivo; 3) e que o Banco dele quer estar presente de algum modo nesse amanhã.

Essa história real corrobora a suposição de que estamos saíndo da fase de indefinição do setor privado, embora o governo continue mergulhado nela. Ninguém imagina que estejamos caminhando para aquela fase ingênua do "ninguém segura este país" —, mesmo porque ficou demonstrado que há várias coisas que realmente seguiram este país. Todavia, as pessoas, os homens de negócios, as empresas, exatamente por não poderem continuar esperando definições ou decisões governamentais, estão simplesmente se pondo em marcha, indo em frente. Em algum momento essa marcha obrigará o governo a abrir mão, inclusive, do seu virtual monopólio de investimentos de infra-estrutura, uma vez que o fornecimento de energia elétrica, telecomunicações e outros — para citar poucos exemplos — precisa acompanhar ombro a ombro a marcha da iniciativa privada; e se o governo permanece enrolado em suas agruras financeiras, alguém vai ter que tocar esses investimentos, gente daqui mesmo ou de fora. Caso contrário, a marcha termina em trombada.